

Revista do Café



Centro do Comércio de Café do Rio de Janeiro

Ano 96 - Setembro 2017 - Nº 862



**Grupo Multiterminais
investe R\$500 milhões
no Porto do Rio**

CONHEÇA O QUE O MAIOR ENCONTRO DE CAFÉ DO BRASIL TEM PARA VOCÊ



[/SEMANADOCAFE](#) [@SEMANAINTERNACIONALDOCAFE](#)

Semana Internacional do 

PARA PARTICIPAR
FAÇA O SEU CADASTRO PELO SITE WWW.SEMANAINTERNACIONALDOCAFE.COM.BR
E GARANTA SEU LUGAR COM OS MELHORES DO MUNDO.

PATROCÍNIO DIAMANTE



PATROCÍNIO PRATA



PATROCÍNIO BRONZE



APOIO



MÍDIA



REALIZAÇÃO



CAFÉ EDITORA



MINAS GERAIS
DIÁLOGO. EQUILÍBRIO. TRABALHO.

Sumário



06 Porto do Rio se moderniza para exportar mais

10 Café com Sustentabilidade é o tema do 11º Simpósio Estadual do Café

10

14 A Resolução 15/2017 do Senado Federal – Afonso Lourenço

18 BH sedia Semana Internacional do Café

24 Novas atividades agrárias exigem modelos contratuais alternativos – Fernando Campos Scaff



26 Projeto para fortalecimento do café no noroeste fluminense

28 Dom Cipriano: Uma vida em prol da Renovação Carismática e da educação

28

32 Errata da Ruína – Celso Vegro

34 Exportação de café: um setor eficiente e competitivo - Luiz Otavio Araripe

36 Reforma Trabalhista – Fábio Calcini e Osvaldo Kusano

42 PANORAMA

46 Série Cafeterias do Mundo – Café Greco – Roma Itália

Revista do Café

Reportagens

Carmen Nery

Colaboradores

Afonso Lourenço, Delza Dias Ferreira, Fábio Pallaretti Calcini, Fernando Campos Scaff, Luiz Otávio Araripe, Mauro Moitinho Mata e Osvaldo Kusano.

Foto Capa

Luiz Henrique Carneiro, presidente da MultRio e da Multicar, empresas da Multiterminais.

Crédito da Capa

José Carlos da Paz

Diagramação, Arte e Projeto Gráfico

Hands-on Editoração Eletrônica

Impressão Gráfica

Gráfica Imos

<http://www.imos.com.br/>



Centro do Comércio de
Café do Rio de Janeiro

Diretoria Biênio 2015/2017

Presidente Guilherme Braga Abreu Pires Filho

Diretor Tesoureiro: Batista Mancini

Diretor Secretário: Alexandre Todeschini Pires

Diretor de Patrimônio: Ruy Barreto Filho

Gerente Geral: Guilherme Braga Abreu Pires Neto

Conselho Administrativo

Warrant Exportadora e Importadora Ltda.

Unicafé Cia. Comércio Exterior

CSB Trading S/A Exp. E Importação

Armada Administração e Participação Ltda.

Agropecuária São Francisco de Paula Ltda.

GBP Assessoria Consultoria Empresarial Ltda.

Alexandre Todeschini Pires

Três Aranhas Com. Ind Ltda.

Stockler Comercial e Exportadora Ltda.

Antônio Augusto Cardoso Garcez

Halley Importadora e Exportadora Ltda.

Victor Augusto Jansen Verdades Garcez

Sindicato do Comércio Atacadista de Café do Município do Rio de Janeiro

Diretoria Quadriênio 2014/2018

Presidente: Guilherme Braga Abreu Pires Neto

Secretário: Batista Mancini

Tesoureiro: Ruy Barreto Filho

Diretor de Patrimônio: Alexandre Todeschini Pires

Rua Quitanda, 191- 8º andar- Centro- CEP: 20091-000

Rio de Janeiro - RJ- Brasil

Fone: (21) 2516-3399 / Fax: (21) 2253-4873

riocafe@cccrj.com.br / www.cccrj.com.br



Um sonho individual é apenas um sonho, mas um sonho compartilhado é o princípio de grandes realizações

O Museu do Café nasceu de um sonho que o Duda Carvalhaes soube compartilhar em seus primórdios. Outros líderes sonhadores, todos ligados ao café, surgiram: Guilherme Braga Pires, Linneu da Costa Lima, Luiz Hafers, e hoje Roberto Ticoulat, que exerceram a presidência do Museu e do Conselho de Administração, além de tantos outros que não menciono para não correr o risco de omissão. O sonho e os desafios se ampliaram com a integração do Museu da Imigração,

os dois museus são hoje instituições dinâmicas que, entretanto, carecem de maior apoio financeiro para ampliar sua relevância na cena cultural brasileira e repercutir o impacto crucial que tanto o café quanto a imigração tiveram na formação social, econômica e cultural do nosso país.

O artigo “Um setentão livre de dívidas”, sobre o Museu da Arte de São Paulo, MASP, publicado pelo Valor Econômico, indica que há espaço para um compartilhamento mais agres-

sivo do sonho dos Museus do Café e da Imigração. Melhor museu de arte da América Latina e talvez do hemisfério sul, o MASP tem hoje cerca de um quinto de seu orçamento proveniente de doações de pessoas físicas. Foi criando recentemente e mantendo uma estrutura de conselheiros nacionais e internacionais, de patronos e um colegiado de jovens, que contribuem com valores diferentes e cujas doações se somam às das empresas, que a administração do MASP deu um passo fundamental para o

equilíbrio de suas contas, sempre de acordo com o artigo.

Mantidas as devidas proporções, será que os Museus do Café e da Imigração não podem utilizar estratégia semelhante? Estes dois museus não tem o mesmo apelo do MASP mas certamente tem atrativos próprios e muito especiais para embarcar num esforço análogo, capitalizando na perpetuação de nomes de pessoas, na publicidade de empresas e na divulgação de ambos como mantenedores das respectivas instituições.

No caso do Museu do Café, há muitas personalidades locais, regionais, nacionais e mesmo internacionais que poderão se orgulhar de associar seu nome ao museu em diferentes categorias de patrocínio. Isto pode criar um círculo virtuoso em que mais doadores aceleram o desenvolvimento do museu que, por sua vez se torna mais atraente, para este tipo de patrocínio. Por outro lado, o porto de Santos e por extensão o museu ocupam um lugar único na história e vida das principais empresas nacionais e internacionais de café que podem ser bastante receptivas a um pacote de benefícios ligados à visibilidade e responsabilidade social tão em voga hoje. Estas empresas não estão limitadas aos traders de café mas incluem indústrias de torrefação e solúvel, redes de casas de café e também produtores, principalmente os grandes. E por que não incluir amantes do café nesta lista de potenciais mantenedores?

Esta estratégia pode ter alcance ainda mais amplo no caso do Museu da Imigração, com a identificação de expoentes da cena paulista e brasileira cujos pais ou avós foram imigrantes – muitos! – e podem

ou não ter passado pela antiga Hospedaria do Imigrante que hoje abriga o museu. Neste caso, o apelo afetivo e emocional, pode ser ainda mais forte e se estender às empresas que os próprios imigrantes ou seus descendentes criaram, muitas das quais ocupam posição de destaque na economia nacional.

Para quem não acredita no incrível potencial de se compartilhar sonhos, deixo aqui dois exemplos muito próximos de todos nós. Primeiro, o caso da Pinhalense, com cujos fundadores e depois seus sucessores vivi o sonho compartilhado de buscar o mercado internacional, com o resultado de hoje vender a 92 países, nos 5 continentes e ser líder mundial incontestemente na área de equipamentos para rebenefício de café. O outro exemplo, que data da época em que pela primeira vez usei a frase que dá título a este artigo, foi o caso do Café do Cerrado. Nossa empresa P&A assessorou o grupo de cafeicultores então liderados pelo Aguinaldo José de Lima na criação da primeira estratégia de desenvolvimento e internacionalização dos cafés da região. Um grande sonho compartilhado que hoje é história.

Os Museus do Café e da Imigração cada vez mais vêm compartilhando seus sonhos, de forma ampla, no âmbito estadual, nacional e internacional, buscando realizações maiores, que extrapolem o já importante papel que ocupam no cenário cultural. Mas a realização de sonhos não ocorre por acaso e exige estruturas, estratégias e ações, além do seu primordial compartilhamento, que são mais fortes quando sem grandes parceiros e apoiadores. Mãos à obra! ☺



Museu do Café



Museu da Imigração

CRÉDITOS: MUSEU DA IMIGRAÇÃO

Carlos Henrique Jorge Brando, é vice-presidente do Conselho de Administração do Instituto de Preservação e Difusão da História do Café e da Imigração (INCI), antiga Associação dos Amigos do Museu do Café (AAMC) e sócio da P&A





CRÉDITOS FOTO: MULTRIO / MULTITERMINAIS

Investimentos no porto do Rio de Janeiro aumentam a capacidade das exportações de café do Estado

por Carmen Nery



As recentes e futuras obras de infraestrutura estão tornando o Porto do Rio de Janeiro bastante competitivo para as exportações de café. Em 2016, os embarques de café pelo Porto do Rio corresponderam entre 12% a 14% do volume total da exportação brasileira e pode crescer ainda mais quando todas as obras estiverem concluídas. Os 14% originam-se do Sul de Minas Gerais, principal região produtora de café, destinando-se, principalmente, aos Estados Unidos, Norte da Europa e Japão.

A recente conclusão e homologação da dragagem no canal de acesso ao porto tornou os terminais de contêineres altamente competitivos em relação aos principais portos da costa brasileira. Principalmente em relação ao Porto de Santos, pois o canal de acesso de Porto do Rio é mais adequado aos grandes navios de contêineres que operam na costa brasileira.

De acordo com a Instrução Normativa N°60/2017 da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), o canal de acesso ao

Porto do Rio passou a ter um calado de até 14,10 metros, o que permite receber embarcações com até 349 metros de LOA e boca de 45,9 metros proporcionando redução de custos operacionais, vantagem competitiva ao porto e vantagens logísticas aos operadores.

Os terminais também realizaram grandes investimentos. O Grupo Multiterminais concluiu no ano passado um investimento de R\$ 500 milhões em infraestrutura portuária dos seus terminais do Porto do Rio. A empresa opera um complexo



CRÉDITOS FOTO: MULTRIO / MULTITERMINAIS

logístico que inclui o terminal de contêineres MultiRio, o terminal de veículos ro-ro Multicar, ambos no Porto do Rio; três portos secos alfandegados – um no Rio de Janeiro, em Cordovil; um em Resende, um em Juiz de Fora –; e um terminal intermodal, em Itatiaia.

Os investimentos no Porto do Rio incluem a construção de 500 metros de cais adicionais; 20 mil metros quadrados de armazéns - entre armazéns de carga geral, conferência aduaneira e para carga IMO -; uma nova oficina de equipamentos; e um novo edifício garagem para 7 mil veículos - o primeiro do Brasil. As obras foram conduzidas de 2013 a 2016.

“Com essas obras, o terminal de contêineres MultiRio passou de 530 para 800 metros de cais e o terminal de veículos Multicar passou a ter 300 metros de cais mais dolphins de atracação e amarração, perfazendo, juntos, um total de 1100 metros de cais contínuos. A área do MultiRio, que tinha cerca de 180 mil metros quadrados, foi ampliada para cerca de 240 metros quadrados, em função da construção do edifício garagem que permitiu a verticalização da armazenagem de veículos,

fazendo com que parte da área do pátio da MultiCar pudesse ser disponibilizado para esse acréscimo de capacidade do terminal de contêineres. Com isso, a capacidade do terminal de contêineres passou de 640 mil TEUS para 1 milhão de TEUS”, esclarece Luiz Henrique Carneiro, presidente da MultiRio e da Multicar, empresas da Multiterminais.

“É importante destacar que a infraestrutura dentro do porto está pronta, o que precisa para complementar é o acesso. O primeiro acesso já feito foi o aquaviário com as obras de dragagens conduzidas pelo governo federal. Elas foram concluídas em fevereiro deste ano. Com isso, foi ampliada a bacia de evolução e a largura do canal foi aumentada e o canal foi aprofundado. Dessa forma, ele está adequado a todos os navios que frequentam atualmente a costa brasileira”, comemora Carneiro.

Ele explica que, nesse momento, o porto encontra-se numa fase de *ramp up*, em que se vai aumentando o calado progressivamente. O Porto já está autorizado a manobrar navios com até 13,7 metros de calado, tendo partido de um calado de 13 m com a maré.

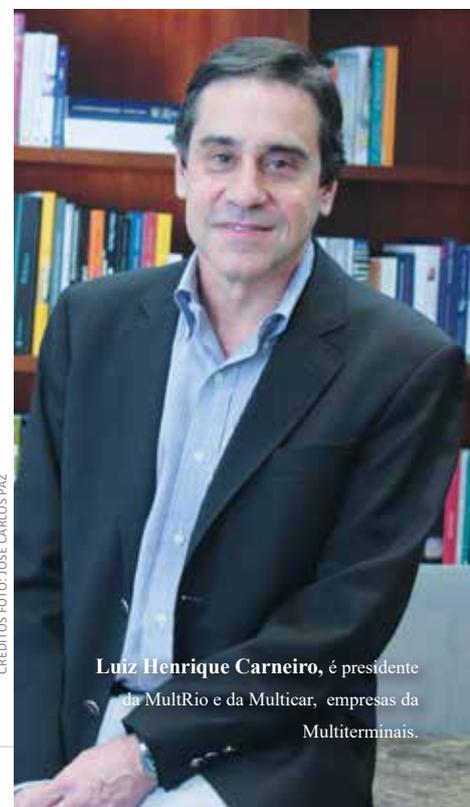
“O objetivo final do *ramp up* é chegar a 14,10 m. A dragagem foi feita com um investimento de R\$ 210 milhões do governo federal e agora estamos na fase de aquecimento”, diz Carneiro.

Quanto ao acesso rodoviário, há dois projetos: a Avenida Portuária e a Avenida Alternativa. Com esses dois acessos, o bairro do Caju se transforma num cluster retroportuário. E se descruza a mistura de porto com cidade. A atividade portuária fica limitada aos seus acessos e retroáreas. Há ainda um projeto de *truck center*; um empreendi-

mento privado no âmbito de um programa da SNP.

“Porto depende de uma economia forte. Estamos enfrentando uma recessão no estado, mas estou otimista de que vamos dar a volta por cima. O Porto do Rio, por suas características, de cargas de contêineres e de petróleo pode se beneficiar com a retomada das rodadas de licitações de petróleo, o novo terminal de trigo e a reconquista das exportações do café. Com todas essas melhorias, com navios de maior porte atracando aqui, o Porto do Rio ficará muito competitivo, porque ele é muito mais barato que o Porto de Santos e pode atrair a demanda dos exportadores de café principalmente do Sul de Minas, a medida em que ganhe competitividade com todos esses investimentos”, ressalta Carneiro.

Essa nova realidade do Porto do Rio vai estimular a vinda de mais navios proporcionando maior volume de praças e o aumento da frequência das mais diversas linhas e serviços. Aumentando a competitividade em relação ao Porto de Santos. ☞



CRÉDITOS FOTO: JOSÉ CARLOS PAZ

Luiz Henrique Carneiro, é presidente da MultiRio e da Multicar, empresas da Multiterminais.

Com isso, a capacidade do terminal de contêineres passou de 640 mil TEUS para 1 milhão de TEUS



Exportadora de Café Guaxupé Ltda



CRÉDITOS: DIVULGAÇÃO EXPORTADORA GUAXUPÉ

Exportadora Guaxupé inaugura novo armazém

A Exportadora Guaxupé inaugurou um novo armazém, denominado Armazém 10, que aumentará a capacidade de estocagem da empresa em 300 mil sacas, de 700 mil para 1 milhão de sacas, dobrando capacidade de recebimento diária, de 7 mil para 14 mil sacas.

Segundo Flavia Barbosa, sócia-diretora da Exportadora, “o investimento foi feito para que os nossos fornecedores de café se sintam ainda melhor atendidos, dando agilidade na

descarga e para termos uma capacidade maior de estocagem, que nos proporcionará maior capacidade de estoque para atender nossos clientes externos e internos”.

Na ocasião, como tem sido tradição da Exportadora Guaxupé, foi feita também uma homenagem aos colaboradores da empresa com mais de 30 anos de casa. Totalizaram 24 funcionários homenageados pela dedicação à Exportadora durante todo o período.



CRÉDITOS FOTOS: MR.FILMES / EVERALDO SANTOS

Café com Sustentabilidade é o tema do 11º Simpósio Estadual do Café

Nos dias 26 a 28 de setembro de 2017, o Centro de Desenvolvimento Tecnológico do Café – CETCAF promoveu, em Vitória – ES, o “11º Simpósio Estadual do Café e VIII Feira de Insumos”, nas instalações do CCCV, dando sequência a uma programação, que vem desde sua fundação em 1994. A cada dois anos, juntamente com seus parceiros,

o CETCAF realiza o Simpósio Estadual do Café, sempre em Vitória, com o objetivo de proporcionar a integração de todos os segmentos produtivos do café, aproximando o produtor dos demais participantes da cadeia, ouvindo as demandas, problemas, perspectivas futuras de mercado e outros temas sob a ótica dos mais diferentes elos da cadeia do agronegócio.

É grande o esforço despendido nesse propósito, pelo CETCAF e parceiros, para mobilizar significativo contingente de cafeicultores, principalmente os de economia familiar, sensibilizando-os às mudanças efetivas no padrão de comportamento como empresários da cafeicultura e não mais como meros produtores de café. O “11º Simpósio Es-



tadual do Café e VIII Feira de Insumos, abordaram temas relevantes para o momento atual, tendo em vista que, além da crise econômica vivenciada pelo Brasil, o Estado do Espírito Santo enfrentou a sua maior crise hídrica tendo ocasionado grande prejuízo à cafeicultura, tanto de arábica como de conillon.

Fica evidente, também, que esses avanços precisam ter uma sequência para que os esforços até aqui realizados não se percam no tempo, por falta da continuidade dessas ações absolutamente indispensáveis.

Com este foco, a programação do Simpósio, que teve como tema central “Café com Sustentabilidade”, reuniu cerca de 410 participantes, sendo

250 cafeicultores de todas as regiões capixabas.

Solenidade de Abertura

Com a presença do Governador em exercício, Cesar Colnago, do Secretário de Agricultura, Presidente da INCAPER, presidentes dos Centros do Comércio de Café de Vitória e do Rio de Janeiro, representantes do SEBRAE, IBGE, e outras autoridades, além de representantes de toda a cadeia, os trabalhos foram iniciados. Em seu discurso, Cesar Colnago destacou como um dos aspectos mais significativos da cafeicultura capixaba a união, harmonia e o en-

tendimento que caracterizam o seu desempenho. Sintetizou, dizendo que “não existem protagonismos setoriais mas sim atores de todas as áreas que, a partir do bem comum e do que é o melhor para o setor, orientam as suas decisões e ações”.

Grade de Palestras

As palestras foram iniciadas com a importante conferência “Atribuição, Ocupação e Uso das Terras no Brasil”, proferida pelo Dr. Evaristo de Miranda – Chefe Geral da EMPRAPA Monitoramento por Satélite, durante a solenidade de abertura do Simpósio. Foram evidenciados, com clareza, os enormes problemas que o país deverá enfrentar para solucionar os

pleitos políticos existentes para a alocação de novas áreas, além das já existentes, para os indígenas e quilombolas. O fato é que, segundo o Dr. Evaristo, atualmente as disponibilidades de terras existentes para a ampliação da agricultura se limitam a 9% do território nacional, em visível incompatibilidade com as demandas de elevação das áreas plantadas para fazer face à produção de alimentos.

Nos dias seguintes, com palestras e debatedores, atuantes na área do agronegócio café, oportunizando a participação nos debates dos cafeicultores presente, além de grande número de autoridades, técnicos, comerciantes, torrefadores, e exportadores cumpriram-se os painéis relacionados ao Mercado de Café – Porto de Vitória, Comercialização, Produção e Consumo Mundiais, ao Consumo e Industrialização, e, por último, o painel relativo à Tecnologia e Conjuntura.

Porto de Vitória

O presidente do CCCV, Jorge Nicchio, fez uma competente avaliação dos problemas



Jorge Nicchio

e condições que vem acarretando a redução crescente dos embarques de café pelo porto de Vitória, cujos efeitos se traduzem não só na perda de renda e de empregos na atividade, mas principalmente quanto aos prejuízos que são causados ao comércio exportador e aos produtores decorrentes dos aumentos dos custos de logística. Nicchio considera que, em face das enormes limitações do porto de Vitória, a única opção viável para interromper esse processo de queda e reversão, está na construção de um novo terminal portuário. A questão despertou grande interesse e discussão, e a conclusão de que é preciso uma posição conjunta da sociedade para uma ação integrada junto ao governo estadual.

Commodities & Diferenciados

O tema foi apresentado pelo presidente do CCCRJ, Guilherme Braga Pires, que destacou o seu entendimento de que, a rigor, a grande maioria dos cafés brasileiros exportados não se enquadram no conceito de commodity (baixa agregação de valor, preços uniformes com a Bolsa). As estatísticas de exportação evidenciam o grande avanço qualitativo observado nas vendas externas, pois o país é líder nos embarques de cafés sustentáveis, assim como tem sido constantes os aumentos dos cafés especiais e de qualidade superior. Braga defendeu, também, a disponibilização de linhas de financiamento do FUNCAFÉ para apoiar ações voltadas para melhoria de qualidade e de renovação do parque produtor.



Guilherme Braga

Produção e Consumo Mundiais

O Diretor Técnico do CE-CAFÉ, Eduardo Heron, fez uma ampla apresentação de dados estatísticos sobre a situação da produção e do consumo no mundo, destacando as previsões elaboradas pela OIC em relação à evolução do consumo, que estimam um crescimento anual em torno de 2,1%. Se confirmadas, levariam o consumo mundial dos atuais 155 milhões de sacas anuais para algo entre 204



Eduardo Heron

e 220 milhões de sacas. Os quadros estatísticos apresentados na exposição estarão disponíveis no site do CETCAF.

No momento do fechamento desta edição, não haviam sido feitas ainda as demais apresentações relativas à Industrialização e Tecnologia, que serão oportunamente disponibilizadas no site do CETCAF.

O Diretor Executivo do CETCAF, Frederico Daher, ao comentar a organização e o desenvolvimento do 11º Simpó-

sio, declarou-se entusiasmado com os seus resultados, pois, mais uma vez, estão sendo atingidos os objetivos visados desde o início de suas atividades, de buscar aproximar os cafeicultores dos destinatários finais de seu café, seja ele indústria, exportador ou comerciante, além da difusão das novas tecnologias de cultivo, colheita, pós-colheita, comercialização e preservação ambiental, sempre visando a produtividade sustentável, a qualidade e o bem estar do produtor.



Frederico Daher





A Resolução 15/2017 do Senado Federal

Certamente os que agora estão lendo este artigo já receberam uma série de outras informações sobre a supracitada Resolução 15/2017 do Senado Federal.

Não pode ser tida esta circunstância como extraordinária, visto que a matéria comporta esta discussão, face à sua relevância.

Entretanto, vale de pronto destacar que não vemos nenhuma complexidade ou inovação na referida norma. Vejamos.

O Senado Federal, por determinação constitucional, participa do controle de constitucionalidade das leis, por meio da suspensão da execução de leis declaradas inconstitucionais pelo STF. No

dia 12 de setembro de 2017, foi promulgada a Resolução 15/2017, que suspendeu a execução dos artigos 12 incisos V e VII, 25 incisos I e II, 30 inciso IV, da Lei 8.212 de 1991, com a redação atualizada até a Lei 9.528 de 1997, tendo por finalidade afastar a cobrança da contribuição “Funrural”.

A norma em questão tem a seguinte redação:

“ O Senado Federal resolve:

Art.1º É suspensa, nos termos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, a execução do inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a execução do art. 1º da Lei nº 8.540, de 22 de dezembro de 1992, que deu nova redação ao art. 12, inciso V, ao art. 25, incisos I e II, e ao art. 30, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, todos com redação atualizada até a Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, declarados inconstitucionais por decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 363.852.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.”

Do exame do texto legal, vemos que o mesmo está vinculado ao RE 363 852 (procedente de Minas Gerais), cuja ementa transcrevemos:

Ementa

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - PRESSUPOSTO ESPECÍFICO - VIOLÊNCIA À CONSTITUIÇÃO - ANÁLISE - CONCLUSÃO. Porque o Supremo, na análise da violência à Constituição, adota entendimento quanto à matéria de fundo do extraor-

dinário, a conclusão a que chega deságua, conforme sempre sustentou a melhor doutrina - José Carlos Barbosa Moreira -, em provimento ou desprovimento do recurso, sendo impróprias as nomenclaturas conhecimento e não conhecimento. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE BOVINOS - PRODUTORES RURAIS PESSOAS NATURAIS - SUB-ROGAÇÃO - LEI Nº 8.212/91 - ARTIGO 195, INCISO I, DA CARTA FEDERAL - PERÍODO ANTERIOR À EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/98 - UNICIDADE DE INCIDÊNCIA - EXCEÇÕES - COFINS E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - PRECEDENTE - INEXISTÊNCIA DE LEI COMPLEMENTAR. Ante o texto constitucional, não subsiste a obrigação tributária sub-rogada do adquirente, presente a venda de bovinos por produtores rurais, pessoas naturais, prevista nos artigos 12, incisos V e VII, 25, incisos I e II, e 30, inciso IV, da Lei nº 8.212/91, com as redações decorrentes das Leis nº 8.540/92 e nº 9.528/97. Aplicação de leis no tempo - considerações.

E a decisão do RE 363 852 foi a seguinte:

“ Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, conheceu e deu provimento ao recurso extraordinário para desobrigar os recorrentes da retenção e do recolhimento da contribuição social ou do seu recolhimento por subrogação sobre a “receita bruta proveniente da comercialização da produção rural” de empregadores, pessoas naturais, fornecedores de bovinos para abate, declarando a inconstitucionalidade do artigo 1º da Lei nº 8.540/92, que deu nova redação aos artigos 12, incisos V e VII, 25, incisos I e II, e 30, inciso IV, da Lei nº 8.212/91, com a redação atualizada até a Lei nº 9.528/97, até que legislação nova, arrimada na Emenda Constitucional nº 20/98, venha a instituir a contribuição, tudo na forma do pedido inicial, invertidos os ônus da sucumbência. Em seguida, o Relator apresentou petição da União no sentido de modular os efeitos da decisão, que foi rejeitada por maioria, vencida a Senhora Ministra Ellen Gracie. Votou o Presidente, Ministro Gilmar Mendes. Ausentes, licenciado, o Senhor Ministro Celso de Mello e, neste julgamento, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa, com voto proferido na assentada anterior. Plenário, 03.02.2010. (grifos nossos)”.

Entendemos por necessário efetuar a transcrição da ementa e da decisão do RE 363 852, para demonstrar, com a clareza que pode ser extraída do texto do julgado, que efetivamente houve a declaração de inconstitucionalidade formal e material dos dispositivos legais nele indicados, com destaque especial para os incisos I e II do artigo 25 da Lei 8.212/1991.

Declarada a inconstitucionalidade das normas questionadas no RE 363.852, o Supremo Tribunal Federal, seguindo o andamento normal da matéria, encaminhou ao Senado Federal o ofício “S” nº 27/2013, onde noticiava as inconstitucionalidades, com o seguinte conteúdo:

“ Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do inteiro teor do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 363.852, que declarou a inconstitucionalidade do artigo 1º da Lei nº 8.540/92, que deu nova redação aos artigos 12, incisos V e VII, 25, incisos I e II, e 30, inciso IV, da Lei nº 8.212/91, com a redação atualizada até a Lei nº 9.528/97 (desobriga os recorrentes da retenção e do recolhimento da contribuição social ou do seu recolhimento por subrogação sobre a “receita bruta proveniente da comercialização da produção rural” de empregadores, pessoas naturais, fornecedores de bovinos para abate)”.



Afonso Celso Mattos Lourenço, é sócio fundador da Lourenço e Rodrigues Advogados

A medida judicial proposta pelo CECAFÉ se coaduna, na totalidade, com as disposições da Resolução do Senado Federal

Recebido o Ofício, o Senado Federal, no uso das suas atribuições constitucionais, estabelecidas no artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, promulgou a já citada RESOLUÇÃO nº 15, de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 13/09/2017, já em plena vigência, a qual retirou do ordenamento jurídico, **por vício de constitucionalidade**, os incisos I e II do artigo 25, bem como o inciso IV do artigo 30, ambos da Lei 8.212/91, na redação dada pelas leis nº 8.540/1992 e 9.528/1997.

É inconteste que o julgamento do RE 363.852/MG reconheceu a inconstitucionalidade formal e material dos incisos I e II, do artigo 25, da Lei 8.212/1991.

Nestes termos, com a declaração de inconstitucionalidade dos incisos I e II do artigo 25, da Lei 8.212/1991, a retirada dos mesmos do ordenamento jurídico brasileiro, pela Resolução SF 15/2017, não possui qualquer caráter INOVADOR (diferente do julgado), nem, portanto, qualquer CONTRADIÇÃO com a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Na verdade, vigora na presente oportunidade apenas o “caput” do artigo 25 da Lei 8.212/91, com a redação atribuída pela Lei 10.256/2001, contudo sem os elementos necessários (**base de cálculo e alíquota**) para tornar exigível a Contribuição ao FUNRURAL.

Este s.m.j. o nosso entendimento.

Porém, outros aspectos ainda merecem um posicionamento, o que faremos a seguir:

1- Decisão do STF no

RE 718.874 (caso dos 6X5)

Este julgamento ainda está pendente de conclusão e, agora, entendemos que será difícil a manutenção da tese de que os incisos I e II do artigo 25 da Lei 8.212/91 haviam sido aproveitados pela Lei 10.256/01, em vista da retirada destes dispositivos do ordenamento jurídico, nos termos da Resolução do Senado Federal, a qual possui efeitos ex tunc (retroativos), que, portanto, levam a inconstitucionalidade para o momento do nascedouro da mesma.

Assim, no nosso considerar, s.m.j, insistir na tese do aproveitamento dos incisos do artigo 25 da Lei 8.212/91 (que já não existem mais no ordenamento jurídico), não será mais possível.

2- Ação do CECAFÉ

Conforme já manifestado em diversas ocasiões, a medida judicial proposta pelo CECAFÉ se coaduna, na totalidade, com as disposições da Resolução do Senado Federal.

Nestes termos, a ação deverá ter seu prosseguimento, após o julgamento do RE 718.874 (caso dos 6x5), sendo que em vista da inexistência da base de cálculo e alíquota para a exigência do FUNRURAL, entendemos que, ao final, a nossa posição será vitoriosa.

Reiteramos entretanto, por prudência, a recomendação do depósito judicial.

3- Alguma novidade?

Em especial para o mercado cafeeiro nos causa certa perplexidade a incerteza/ insegurança

que assola a classe, no tocante à validade da Resolução do Senado Federal.

Ora, para o café isto não é novidade.

Tivemos a mesma situação no tocante à Quota de Contribuição (inconstitucionalidade), que primeiramente teve um julgamento em controle difuso de constitucionalidade (onde o STF não pode retirar a norma do ordenamento jurídico), e posteriormente, após o encaminhamento do competente ofício ao Senado Federal, a casa legislativa, cumprindo a Constituição em seu artigo 52, X, deletou do ordenamento jurídico a norma que estabelecia a malsinada Quota de Contribuição nas Exportações de Café.

Naquela oportunidade, tínhamos apenas um setor envolvido, com poucos profissionais atuando, razão pela qual se partiu de imediato para o lado prático da questão, sem maiores questionamentos e/ou opiniões.

Nesta oportunidade, temos vários setores envolvidos, com a atuação de inúmeros profissionais, com vários interesses em jogo (em alguns casos até em sentido conflitante), pelo que justificável o grande número de pareceres.

Mas, com a tranquilidade de quem atua na aérea tributária há mais de quarenta anos, reiteramos que não vemos nenhuma novidade; que a Resolução do Senado é absolutamente normal, constitucional, visto que não inova em relação ao julgado do STF (RE 363.852), pelo que, s.m.j., com a cautela que recomendamos do depósito judicial, entendemos que, ao final, a posição judicial relativa à exigência do FUNRURAL, se mostrará favorável aos contribuintes. ☺



INTERNATIONAL
COFFEE
ORGANIZATION

OIC discute ações para elevar produtividade

Durante a 120ª sessão do Conselho Internacional do Café, na Costa do Marfim, no 7º Fórum Consultivo para o Financiamento do Setor Cafeeiro, a Organização promoveu um debate sobre o tema “ Criação de um ambiente favorável à alta produtividade na cafeicultura”, buscando compartilhar as melhores práticas e lições aprendidas em países que desenvolveram, com êxito, tais experiências. A reduzida disponibilidade de novas áreas para o uso agrícola tem sido encarada como um dos maiores desafios à sustentabilidade da produção cafeeira.

Inúmeros representantes dos países produtores tratarão do tema. Pelo Brasil, Silas Brasileiro, Presidente do CNC, discorreu sobre as experiências brasileiras.



Silas Brasileiro

Semana
Internacional do



Belo Horizonte sedia Semana Internacional do Café

Principal evento nacional da cadeia produtiva conta com extensa programação de cursos, competições, seminários e palestras, além da maior feira do setor

O Sistema FAEMG, a Café Editora, o Sebrae, o Governo de Minas Gerais por meio da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (Seapa) e a Codemig já preparam a quinta edição da Semana Internacional do Café (SIC). O principal encontro da cadeia produtiva no Brasil será de 25 a 27 de outubro, no Expominas, em BH. Destaque é a ampla programação de even-

tos simultâneos, seminários, cursos, concursos e sessões de cupping (prova de cafés), divididos em três eixos temáticos: Mercado & Consumo, Conhecimento & Inovação e Negócios & Empreendedorismo. Produtores, torrefadores, baristas, especialistas e consumidores conhecerão as novidades do mercado no Espaço Café Brasil, e poderão eleger o melhor café brasileiro desta safra, no concurso Coffee of the Year.

Realizada desde 2013 em Minas Gerais, a SIC tem como foco desenvolver e divulgar a qualidade dos cafés nacionais para o consumidor interno e países compradores, além de potencializar o resultado econômico e social do setor. O mês de outubro busca adequar o calendário ao fim da safra, ao mesmo tempo contribuir de forma estratégica em um período de grande compra e venda de grãos de qualidade. Conheça alguns dos destaques da Semana Internacional do Café 2017:

12º Espaço Café Brasil

A plataforma de negócios para o mercado de cafés possui área de exposições e atrações focadas nos produtores rurais, cooperativas, torrefadores, exportadores, varejistas, empreendedores, food service, baristas e consumidores. Em 2016, foram 155 marcas expositoras, que atraíram 14 mil profissionais e interessados, gerando mais de R\$ 25 milhões em negócios iniciados no evento.



DNA Café 2017

Simpósio com encontro de atores da cadeia cafeeira nacional e internacional para debater tendências, desafios e ações para o futuro do mercado de café mundial. Os encontros são realizados em formato de mesas redondas, com representantes de diversos setores.

Fórum da Agricultura Sustentável 2017

Os principais profissionais do setor debatem ações na cafeeicultura e os próximos passos para o desenvolvimento sustentável. O Brasil, maior produtor e exportador de café do mundo, tem na agricultura nacional o exemplo para o mercado internacional no tema sustentabilidade da cadeia produtiva.

Cafeteria Modelo

Direcionada ao mercado de food service, a atração conta com capacitação técnica para empreendedores e orientação em planejamento de negócios. Oferece também workshops práticos, com conceituados profissionais brasileiros, sobre o preparo de espressos e drinques, leite com café, torra, degustações e diferentes métodos de preparo da bebida.

Encontro de Produtores do Programa Café+Forte

Encontro promovido pela FAEMG com produtores e técnicos participantes do programa, que realiza a transferência de tecnologia nas áreas de gestão e custos, melhoran-



do a capacidade de gerenciamento do cafeicultor mineiro.

Reuniões Educampo Café

Encontro reúne técnicos para discutir aspectos relativos à metodologia do Educampo, programa desenvolvido pelo Sebrae. O projeto propõe a capacitação permanente e assistida ao produtor e possibilita a adoção das melhores práticas gerenciais e técnicas, de acordo com a disponibilidade de recursos em sua propriedade.

Sala de Cupping & Negócios

Amostras de cafés nacionais da safra atual são enviadas por produtores de todo o Brasil e, então, provadas por classificadores e compradores nacionais e internacionais para a venda direta pelos produtores.

Coffee of the Year Brasil 2017

Os 10 melhores cafés são provados pelo público e o mais votado é escolhido o melhor café do Brasil desta safra.

A premiação será anunciada no dia 27 de outubro durante a Semana Internacional do Café.

Encontro IWCA Brasil

A Aliança Internacional das Mulheres do Café do Brasil realiza encontro anual para debater os principais passos para atuação do grupo. A Aliança é formada por cafeeicultoras, empresárias e baristas.

Copa Barista 2017

Profissionais de todo o país estarão presentes na 6ª Copa Barista. A competição premia os melhores colocados na preparação de espressos, cappuccinos e cafés filtrados.





Re:Verb, Roast Lab e Cursos de Torra

Mestres de torra realizam cursos técnicos e práticos sobre como torrar o café e aspectos de gestão de microtorrefações. São eventos internacionais e nacionais com renomados palestrantes do setor.

Circuito antecede evento

Pelo terceiro ano consecutivo, a programação da SIC começa um mês antes, com o roteiro de cafeterias do Café da Semana. Entre os dias 26 de setembro a 28 de outubro, mais de 15 cafeterias da cidade apresentarão aos clientes, nos diversos métodos de preparação, cafés oriundos das cinco grandes regiões produtoras de Minas Gerais (Cerrado Mineiro, Mantiqueira de Minas, Sul de Minas, Matas de Minas e Chapada de Minas).

Minas do café

Os números da SIC dão bem uma noção da posição de Minas Gerais como o maior produtor cafeeiro do Brasil. Líder nacional, responsável por 51% da safra brasileira, se o estado fosse um país, seria o maior produtor mundial do grão. Aqui são colhidas, em média, 25 milhões de sacas por ano, oriundas de lavouras distribuídas em 1,1 milhão de hectares e mais de 600 municípios. A produção de café representa cerca de 6% do PIB mineiro.

Números gerais da SIC 2016

- Visitantes nos três dias: mais de **14 mil**
- Total de expositores: **103**
- Marcas expositoras: **155 marcas**
- Negócios iniciados no evento: **R\$ 25 milhões**
- Amostras de café nas rodadas de negócios: **100**
- Total de eventos simultâneos: **25**
- Sessões de cupping: mais de **30 sessões**, com, aproximadamente, **2.250 xícaras** provadas
- Total de palestrantes: **68**
- Mais de **180** amostras inscritas para o Coffee Of the Year
- Milhares de apaixonados e apreciadores de café



Patrocinadores

A SIC tem como Patrocinadores Diamante Sistema Ocemg, Sescop e OCB.

Serviço

Semana
Internacional do 

Data: 25 a 27 de outubro

Local: Expominas - BH

Inscrições:

www.semanainternacionaldocafe.com.br



Museu do Café comemora o Dia Internacional do Café

Integrando o programa oficial da Organização Internacional do Café para a celebração global do Dia Internacional do Café, comemorado em 1º de outubro, o Museu do Café, com o patrocínio do CECAFÉ, realizou um encontro com especialistas de cafeterias conceituadas, que trouxeram suas experiências, reflexões sobre mercado, métodos de preparo e consumo da bebida. A abertura e mediação do bate-papo “Café, consumo e empreendedorismo” foram realizadas pelo Diretor Técnico do CECAFÉ, Eduardo Heron, que apresentou um panorama atual do produto no Brasil e no mundo. Na sequência, cada convidado abordou uma temática proporcionando conhecimento em diversos aspectos do mercado.

Focando nos “Pontos importantes na hora de abrir uma cafeteria”, a barista, mestre em torra e proprietária do Coffee Lab, Isabela Raposeiras, compartilhou um pouco sobre os seus 17 anos de atuação nesse segmento. Já o fundador da Suplicy Cafés Especiais, Marco Suplicy, mostrou detalhes das “Novas Formas de Consumo – Nitro Brew e Cold Brew”. O barista da Octavio Café, Renan Dantas, destacou as “Formas de Consumo de Café”, enquanto o sócio do Santo Grão, Fernando Dourado, direcionou a palestra para o dia a dia com os colaboradores, falando sobre o “Amor da equipe – como transmitir amor pelo que faz, resultando em uma boa experiência com café”. Complementando os convidados, a coach e proprietária do IL Barista Cafés Especiais e da Cafeteria do Museu, Gelma Franco, apresentou ao público “A Terceira Onda do Café”, onde degustar vai além do simples ato de beber café. Ao final das palestras, o público interagiu fazendo perguntas aos especialistas.

Fechando a programação, os participantes foram convidados a degustar e conhecer mais sobre alguns diferenciais de cada cafeteria nas mesas sensoriais: Brigadeiro de Café (Coffee Lab), Cold Brew e Nitro Brew (Suplicy Cafés Especiais), V60 / Café descafeinado (Octavio Café), Hario Vs. Chemex / Aeropress Vs. Prensa Francesa (Santo Grão) e “Crie seu próprio Blend” (IL Barista Cafés Especiais).

“O Museu do Café é referência na preservação e difusão da história do café no Brasil e também um símbolo, por estar localizado dentro do palácio da antiga Bolsa Oficial de Café, casa dos cafeicultores e de todos os agentes do segmento há quase 100 anos. A nossa homenagem ao setor é realizada por meio da dedicação e trabalho permanentes no resgate da trajetória e memória desse grão fundamental para o desenvolvimento do país.” Roberto Ticoulat, presidente do Conselho de Administração do INCI Instituto de Preservação e Difusão da História do Café e da Imigração.

“O Dia Internacional do Café é uma oportunidade para discutir a representatividade desse produto em diversos países. No que diz respeito ao Brasil, somos o país que mais produz e exporta café e o segundo maior consumidor. O café brasileiro, somando a quantidade exportada e o consumo interno, representa de 35 a 37% da bebida consumida no mundo inteiro. Nesse panorama, o Porto de Santos se mantém como o maior porto exportador de café. Cerca de 85% das exportações desse grão no Brasil saem pelo Porto de Santos.” - Eduardo Carvalhaes Junior, presidente da Câmara Setorial de Café do Estado de São Paulo.



Gerson Gonçalo

Mais de

1.000

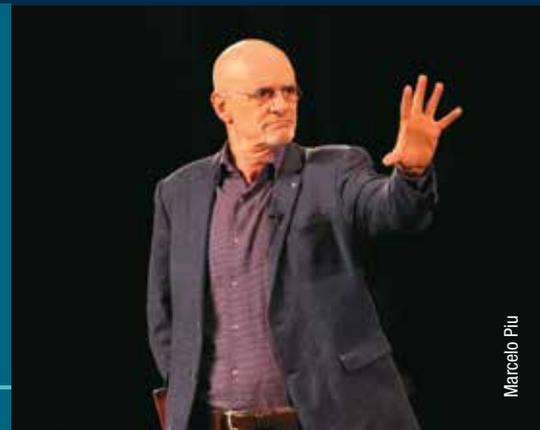
atrações culturais
nas Unidades

A *transformação*
É A NOSSA CULTURA.
E O NOSSO MELHOR NÚMERO.

Artes Cênicas >
mais de

400

atrações



Marcelo Piu

Audiovisual >
mais de

250

atrações

Música >
mais de

65

atrações



Andre Stefano



Marcelo Piu

Artes Visuais >

mais de

140

atrações

Principal polo cultural do estado, o Sesc RJ entende que a arte é capaz de transformar o indivíduo e a sociedade, possibilitando novas formas de agir, de pensar e de ver o mundo.

Por isso, oferecemos uma programação cultural variada durante o ano inteiro nas nossas Unidades: espetáculos de artes cênicas - teatro, dança e circo -, shows musicais, exposições, exibição de filmes, atividades literárias, palestras, cursos, oficinas e muito mais.

Confira alguns números de janeiro a julho deste ano:

Literatura >

mais de

115

atrações



Divulgação

Cursos >

mais de

1.470

inscritos



Gerson Gonçalves

Público total >

mais de

59.000

pessoas

Vem muito mais por aí!

Acesse

www.sescrj.org.br

ou nos siga em



e fique por dentro da nossa agenda.





Novas atividades agrárias exigem modelos contratuais alternativos

O exercício do direito de propriedade sobre bens imóveis rurais sempre mereceu, ao longo dos séculos, posição de relevo. Na verdade e por um longo período, as questões envolvendo essa classe de imóveis eram, dentre todas aquelas atinentes ao patrimônio e à posição social ocupada por cada pessoa na sociedade, as que se mostravam as mais importantes.

Assim, na Grécia e na Roma antigas, bem como no período da reconquista da Inglaterra por Willian, Duque da Normandia, observam-se exemplos de situações históricas em que o status social de cada pessoa decorria, de modo direto, do domínio das maiores e melhores terras.

Isso se explicava, em parte, pela incipiente importância que ainda caracterizava os demais setores econômicos –

comércio, indústria e serviços – se comparados com aqueles da pecuária e da agricultura que lhes antecediam no curso da História.

Além disso, a ausência de Estados organizados e fortes, de um sistema previdenciário estruturado, de arcabouços legais eficazes e mesmo de uma organização financeira confiável elevavam as questões relativas à propriedade das terras a uma situação de justificada centralidade e preponderância no sistema. Enfim, eram as terras o melhor instrumento para garantir a preservação de valores acumulados e mesmo a segurança pessoal de cada um.

A riqueza, assim, era transmitida fundamentalmente entre gerações, ou seja, seguindo regras atinentes ao Direito das Sucessões, o que fazia preservar, desse modo, a condição

social delineada a partir do nascimento de cada pessoa.

O Code Napoleón, surgido em 1804, representou marco expressivo para alteração dessa lógica. Incorporou, na verdade, a expressão jurídica da transformação econômica já verificada com a afirmação da classe dos comerciantes, ou seja, daqueles que, progressivamente, passavam a deter os meios de geração de riqueza.

Pelo mesmo caminho seguiram-se também os interesses de industriais, banqueiros, prestadores de serviços, enfim, de todos aqueles que dispunham de sistemas de produção e de geração de riqueza mais rentáveis do que aqueles vinculados aos setores primários da economia, em especial a agricultura e a pecuária.

Nesse novo cenário, a propriedade das terras não repre-

sentava mais a única – e, com o passar do tempo –, nem a melhor forma de se gerar valor. Outras possibilidades surgiam e se afirmavam, mostrando-se, para tais objetivos, mais úteis e eficazes.

Ademais, o contrato substituiu a herança como meio principal de transferência e circulação de bens e valores. Com o progresso do modo de produção capitalista, a geração de riqueza e os recursos produtivos não se identificam mais necessariamente com a propriedade de bens corpóreos, em especial os imóveis rurais. A propriedade perde a sua supremacia absoluta, ganhando destaque o papel do contrato e da empresa.

A riqueza econômica e os recursos produtivos coexistem, muito mais do que em bens, nas relações jurídicas criadas, ou seja, em pretensões ligadas a obrigações de outrem e que nascem principalmente dos contratos. Na economia moderna, é o contrato que, em especial, cria a riqueza (conf. VINCENZO ROPPO, *Il Contratto*, Milão, Giuffrè, 2001, págs. 55 e 56).

Já falamos sobre as formas típicas da contratação em relação às atividades agrárias, destacando os contratos de parceria e de arrendamento.

Mencionamos, contudo, a insuficiência desses modelos, considerando que novas operações econômicas, também no campo do agronegócio, impõem que se pense em novos instrumentos jurídicos correspondentes para regulá-las.

Para isso servem outras modalidades de contrato que possam reconhecer as inovações advindas de operações econômicas que se tornem re-

levantes e que lhes sejam precedentes.

Como lembra Maria Josefa Garcia Grande (Proteccionismo agrario frente a liberalizacion comercial: Unión Europea Y América Latina., *Modernización y Relaciones Económicas. España e América Latina*, organizado por José Luis Delgado, Thomson-Civitas, 2008, p. 161), o setor agrário experimentou um expressivo processo de transformação nas últimas décadas, decorrente, dentre outros fatores, dos avanços biotecnológicos que modificaram substancialmente seu funcionamento, fazendo-o assemelhar, cada vez mais, ao setor industrial.

A despeito disso, a agricultura e a pecuária apresentam, ainda hoje, peculiaridades importantes que a diferenciam do resto da atividade econômica, tais como a dependência climatológica, o limitado crescimento da demanda com relação à renda, a relativa inelasticidade do ritmo de produção pela subordinação ao ciclo biológico das espécies cultivadas ou criadas, etc.

Nesse sentido e como esclarece aquela mesma autora, o avanço das ciências agronômicas e zootécnicas — configurados pelas novas técnicas de cultivo, pelo aumento da eficiência da produção, pelo surgimento de novas espécies como fruto da atuação humana na seleção daquelas existentes e pela modificação da estrutura genética de outras — indicaria, pois, a constante aproximação existente entre essas atividades produtivas em relação àquelas que usualmente são qualificadas como “industriais”, às quais sempre se costumou atribuir, mesmo que de modo intuitivo, um caráter de maior complexidade em relação àquelas agrá-

rias, vistas usualmente como primárias e simples.

Contudo, tal perspectiva se mostra cada vez menos verdadeira. Nesse sentido, acrescentaríamos nós, os limites rígidos de prazos de contratação mínimos ou de pagamentos máximos aos arrendantes ou parceiros outorgantes, bem como a falta de regulamentação dos contratos agroindustriais, em especial aqueles referentes à venda de bovinos aos frigoríficos, de laranjas às indústrias de sucos ou de leite aos laticínios, evidenciam o descompasso entre os modelos contratuais típicos dos contratos agrários e o atual estágio do desenvolvimento econômico pelo qual atravessam as atividades agrárias no Brasil.

É nesse sentido que novos modelos contratuais deverão ser reconhecidos e tipificados pela lei, a partir da compreensão da realidade atual da produção agrária, dos agentes envolvidos e da alteração dos métodos e estágios de produção, os quais transbordaram os estritos limites fixados pelo arrendamento e pela parceira há muito tempo. ☺

Fernando Campos Scaff, é Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – Largo São Francisco, advogado e árbitro.



Projeto para o fortalecimento da cadeia produtiva do café no noroeste fluminense

A região noroeste fluminense, composta por 13 municípios, dos quais 4 são produtores de café (Varre Sai, Porciúncula, Bom Jesus do Itabapoana e Natividade), com uma população de cerca de 330.000 habitantes (IBGE/2007), apresenta os mais baixos indicadores sociais do Estado.

A agropecuária tem importante participação na geração de postos de trabalho e está concentrada em pequenas propriedades rurais, com predominância para o regime de agricultura familiar. Ao todo são 8.872 estabelecimentos rurais, dos quais 1.743, com área média de 5,7 hectares, tem a cafeicultura como principal atividade econômica.

Apesar da importância social e econômica e de responder

por mais de 70% da produção de café do Estado, as lavouras da região mostram índices de produtividade e qualidades inferiores aos das principais regiões produtoras do país, como se vê no quadro abaixo.

Além da maior contribuição para a composição do PIB agropecuário do Estado, a atividade cafeeira no noroeste envolve 6.300 empregos fixos nas fazendas, e contribui, sazonalmente, nas épocas da colheita, com uma demanda estimada em 10.000 trabalhadores, nos meses de junho a setembro. E, adicionalmente, com base em dados estatísticos aferidos em outras regiões de produção de café, de que cada emprego direto gera 4 empregos indiretos, estima-se que o café proporciona, na região, cerca de 25.000 empregos indiretos.

A partir dessa realidade, as representações do setor – Centro do Comércio do Café do Rio de Janeiro- CCCRJ, Sindicato do Comércio do Café – Sindi-Com-Café, Associação dos Produtores de Café do Rio de Janeiro – ASCARJ, e autoridades locais, a frente José Ferreira, técnico do Ministério da Agricultura, e com o amplo apoio da Secretaria de Agricultura do Estado, passaram a empreender esforços. O primeiro passo, foi aprovar, junto ao BNDES, financiamentos para a recuperação e modernização da COOPERCANOL – Cooperativa dos Cafeicultores do Norte Fluminense, sediada em Varre Sai e que congrega os produtores de café dos 4 municípios. Segundo José Ferreira, presidente da Cooperativa, “montaram-se equipamentos de classificação, beneficiamento, armazenagem,

Município	Quantidade de Produtores - proprietários	Quantidade de Produtores – arrendatários ou parceiros	Produção (sc 60 kg)	Área plantada (ha)	Produtividade (sc/ha)	Valor da Produção (reais)
Natividade	9	3	850	57	15	179.000,00
Bom Jesus	192	42	30.717	1.536	20	5.529.000,00
Porciúncula	973	1.213	57.000	3.800	15	10.260.000,00
Varre-Sai	569	362	101.183	4.600	22	21.249.000,00
Total	1.743	1.520	189.750	9.993	Média = 18	32.217.000,00
Total de produtores de café		3.263	Renda bruta média/hectare: R\$ 3.724,31			
Renda bruta média/produtor: R\$ 9.873,42			Renda Líquida média estimada(R\$/ha/ano) 1.675,94			

FONTE: IBGE (Levantamentos 2006 e 2008).

hoje a COOPERCANOL já oferece aos cafeicultores opções de comercialização de sua produção em melhores condições e com a garantia de agregação de valor ao produto em função de sua qualidade, além da redução da evasão fiscal decorrente da ação de atravessadores”.

Com entusiasmo, Ferreira disse que “agora inicia-se uma nova fase, traduzida na implementação de um projeto global de Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Café no Noroeste Fluminense, voltado para o aumento da produtividade, da qualidade, melhor remuneração ao produtor, geração de novos postos de trabalho, e integração de toda a cadeia do café”.

Com a incorporação do SEBRAE, FAERJ/SENAR, EMATER, Programa Rio Rural, autoridades e Sindicatos de todos os municípios à parceria, o presidente José Ferreira informa que o “programa foi aprovado, com duração de 1 ano, a partir de setembro corrente, prevendo a aplicação de recursos no valor de aproximadamente R\$ 2,5 milhões, em várias ações, como capacitação de técnicos voltados para a Assistência Técnica aos produtores, cursos de manejo de lavouras e práticas de colheita e pós colheita, visitas de produtores a polos de produção e participação em Congressos, dias de campo, ações e práticas de sustentabilidade, acesso à in-



Programa prevê, para 2018, com a participação do CCCRJ, um Concurso de Qualidade de Café do Rio de Janeiro, para mostrar a nova realidade da cafeicultura fluminense

formações de mercado, e aquisição de equipamentos para a Cooperativa”.

Destacou, ainda, José Ferreira, que o “Programa prevê, para 2018, com a participação do CCCRJ, um Concurso de Qualidade de Café do Rio de Janeiro, para mostrar a nova realidade da cafeicultura fluminense”. E, também, que o lançamento oficial das ações de Fortalecimento, “ocorrerá durante a EXPO CAFÉ BRASIL 2017, nos dias 12 a 14 de outubro próximo, em Varre Sai, evento que oficializa e dá início às ações do projeto”.





Dom Cipriano: Uma vida em prol da Renovação Carismática e da Educação

por Mauro Moitinho Malta

Aos 94 anos, Dom Cipriano é um dos mais antigos monges da ordem dos beneditinos no Rio de Janeiro, com mais de 50 anos de atividade ininterrupta no terreno religioso, no aconselhamento espiritual, em pregações em retiros no Brasil e no exterior. Diferentemente da introspecção características de seus pares recolhidos no Mosteiro de São Bento - joia arquitetônica do barroco brasileiro, no centro da cidade do Rio de Janeiro -, Dom Cipriano optou pela Renovação Carismática Católica. Nessa missão, o leigo é chamado a assumir papel de missionário, levando a Palavra de Deus a quem ainda não a conhece, despertando o Espírito Santo que habita em cada cristão batizado.

Nesse trabalho, Dom Cipriano acalenta as ovelhas desgarradas que procuram explicações transcendentais para a realidade do mundo moderno. E é na religião que encontra as respostas para eliminar as dú-

vidas e incertezas, discutindo questões como a complexa relação entre ciência e religião. Dom Cipriano leva o interlocutor a refletir sobre suas convicções, sabendo que elas mudam com a idade, assim como muda também nossa fé.

Para Dom Cipriano, sem alguma crença, a vida fica vazia, não tem sentido. Essa é a maneira peculiar de Dom Cipriano envolver quem o procura, sem tentar catequizar, sem tentar convertê-lo à sua fé. Ao contrário, procura fazer o que é cada vez mais raro no mundo trepidante que nos cerca: ouvir.

O papel de Dom Cipriano nessas conversas é fazer com que a própria pessoa descubra seu potencial, sua resposta pessoal, que, em última análise, consiste na busca de um sentido para sua vida.

Foi com essa característica que Dom Cipriano reuniu pessoas à sua volta, permi-

tindo que deixassem aflorar o que de melhor tinha cada uma. Para que, ao descobrirem esse tesouro, elas se dedicassem a realizar o sonho que as iluminassem, um objetivo fundamental e permanente, deixando de lado a busca de objetivos ilusórios, como poder, riqueza, influência política. Esses, afirma Dom Cipriano, são passageiros. Assim como surgem, passam.

Dom Cipriano percebeu, ao longo de seu ministério, que a educação é a chave para o desenvolvimento pleno da pessoa. É através da educação que a religião assume seu papel no desenvolvimento espiritual de cada um. É através da educação que se percebe o quanto o mundo ocidental deve à religião católica e é através da educação que se fará a escolha da religião a seguir.

Não foi por outro motivo que São Bento – fundador da Ordem dos Beneditinos e de vários mosteiros ao longo de toda Europa onde se desenvolvia intensa atividade cultural, semente das principais universidades na Idade Média – foi considerado o patrono do continente.

Era nos mosteiros que os monges se dedicavam a resgatar documentos e livros raros em deterioração, fazendo cópias com letras elaboradas em pergaminho, material mais resistente ao tempo do que os papiros originais.

É com essa base cultural que os atuais mosteiros beneditinos desenvolvem amplos trabalhos culturais. Dom Cipriano não é exceção à regra. Voltando-se para a divulgação da Palavra de Cristo, desenvolveu intensa atividade em seminários, reuniões fechadas e retiros, divulgando o que ha-



via aprendido com seus mestres.

Como o número de sacerdotes é reduzido em relação à quantidade de pessoas que precisam de auxílio espiritual, começou a treinar leigos para ajudá-lo em sua missão evangelizadora. Utilizou como modelo o mesmo tipo de treinamento que Jesus havia feito com seus discípulos, um treinamento rabínico.

Jesus levava os discípulos para acompanhá-lo em sua caminhada pela Palestina para que vissem, “in loco”, como Ele procedia, orando, curando e ressuscitando mortos. Depois, quando já estavam preparados, os enviava, dois a dois, para repetir o que tinham visto e aprendido.

Da mesma forma, Dom Cipriano treinou e mostrou a várias pessoas como orava para curar doenças físicas e emocionais. Depois, quando

entendeu que já estavam capacitados, levou-os a participar dos retiros e seminários em seu nome.

Para acolher os leigos que o procuravam a fim de aprofundar seus conhecimentos religiosos dentro do espírito da Renovação Carismática, Dom Cipriano fundou a Comunidade Emanuel, com sede no Rio de Janeiro, bem perto do Centro de Comércio do Café, onde se realiza uma missa todas segundas-feiras, ao meio-dia, horário em que as pessoas saem para almoçar. A idéia é aproveitar a hora do almoço e fazer um convite para que participem do banquete do Senhor.

Com o propósito de divulgar sua experiência religiosa, Dom Cipriano fundou a editora Louva a Deus, que já publicou mais de 50 títulos de sua autoria e centenas de CDs com palestras religiosas, além de publicar uma revista mensal,



Dom Cipriano continua a morar no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Atualmente, devido à idade, frequenta a Comunidade Emanuel algumas vezes por semana. Dom Cipriano plantou uma semente, talvez não viva para ver os resultados, mas tem a certeza de que dessa pequena semente nascerá frondosa árvore.

Para saber mais sobre as atividades da Comunidade Emanuel acesse o site : <http://www.domcipriano.org.br> 

Jesus Vive e é o Senhor, para manter contato com assinantes de outros estados e até no exterior.

Faltava complementar esse trabalho com uma ação educativa voltada para a criança. Foi quando, em 1989, um grupo de senhoras da sociedade carioca – fundadoras de uma obra educacional denominada Sociedade Providência, já em idade avançada –, percebendo que a empreitada precisava de sangue novo, resolveu doar a obra para que Dom Cipriano a continuasse.

Hoje, decorridos 28 anos sob sua coordenação, a Escola Dom Cipriano reúne cerca de 200 crianças de famílias de baixa renda da Zona Sul do Rio de Janeiro, de três a 11 anos de idade, fechando o ciclo básico de educação. Entre 8h e 17h, as crianças recebem um lanche ao chegar, almoço e um lanche ao sair.

A grade escolar tem a aprovação da Secretaria de Estadual de Educação, com contraturno com voluntários,

que propiciam atividades extra-curriculares, como oficinas criativas, música, esporte e línguas estrangeiras – inglês e espanhol. Além das clínicas de psicologia, psicopedagogia e odontologia preventiva. Toda a instituição é financiada por doações privadas de pessoas físicas e pessoas jurídicas. A Escola Dom Cipriano Chagas propõe-se a educar para que cada criança possa sonhar, acreditar e transformar. Afinal, cada um tem um dom a ser descoberto e incentivado.

Complementando essa obra, Dom Cipriano adquiriu um sítio em Teresópolis – com capacidade para albergar 150 pessoas –, onde realiza retiros mais longos, de cinco a sete dias. O local já reuniu cerca de 10 mil pessoas desde que foi inaugurado, em 1994. Tudo isso é feito com recursos próprios, ou seja, originários de vendas dos livros e CDs comercializados na livraria existente no térreo da sede da Comunidade Emanuel, no Rio de Janeiro, e de doações de pessoas que admiram seu trabalho.



Museu da Imigração inaugura exposição comemorativa dos 130 anos da Hospedaria de Imigrantes do Brás

Mostra relembra trajetória da edificação e revela novos fatos sobre a história da Hospedaria

Em 5 junho de 1887, a Hospedaria de Imigrantes do Brás recebia o seu primeiro grupo de imigrantes. Deste dia em diante, milhões de outras vidas também passariam pelo complexo de prédios, onde hoje funciona o Museu da Imigração. Para homenagear os 130 anos de história do local, o MI inaugurou a nova exposição temporária “Hospedaria 130”.



Thiago Santos, Mariana Martins, Alessandra Almeida e Roberto Ticoulat

CRÉDITOS: GABRIEL ROMIO E CAROLINE NÓBREGA

Foi o desejo de desvendar o que está além dos registros oficiais que direcionou a pesquisa realizada para criar a exposição “Hospedaria 130”. O entendimento de que a história ultrapassa as informações contidas nas fontes tradicionais levou a equipe de curadoria a vasculhar jornais, relatórios, correspondências, livros de achados e perdidos, cadernos de ocorrências da enfermaria, plantas e fotografias. Todo o material consultado foi estudado e possibilitou a reconstrução de muitas das memórias que estavam perdidas no passado da Hospedaria.

Como foi construída? Quantas pessoas passaram de fato por ela? Onde eram feitos os registros de quem nascia na Hospedaria? Onde eram enterrados os mortos? Como dormiam os imigrantes? Foram apenas imigrantes que ali ficaram? Estas e outras dezenas de perguntas conduziram os pesquisadores a descobertas que foram organizadas em uma exposição que busca dar luz a novos fatos sobre a história da Hospedaria de Imigrantes do Brás.

Para refazer o caminho percorrido nesses 130 anos, a exposição temporária foi dividida em três módulos: lugar, vivências e materialidade. No primeiro deles, o público pode entender melhor como ocorreu o processo de construção da Hospedaria, a escolha de sua localização e os diferentes usos de seu complexo de prédios. O segundo apresenta, por meio de relatos, aspectos sobre a vida daqueles que estiveram na Hospedaria e sobre acontecimentos que marcaram o cotidiano do local. Por fim, o terceiro módulo traz uma abordagem mais material, que oferece uma perspectiva do edifício a partir de listas de compras, registros de achados e perdidos e objetos de uso comum.



Errata da Ruína

Em maio de 2011, difundiu-se artigo¹ que se questionava a determinação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) pelo banimento do agroquímico clorado (*Endosulfam* - de prolongado efeito residual) tradicionalmente empregado no controle da broca do café. Naquela altura questionava-se, inclusive, a existência de interesses, aparentemente, contrários à trajetória de excelência econômica e comercial que a cafeicultura brasileira vinha trilhando.

O banimento internacional do emprego do *Endosulfam* foi decretada em 2010, sendo seguida pela ANVISA em 2011 quando determina de proibição das importações do produto e, no ano seguinte sua fabricação em território nacional, concedendo mais um ano para que fossem zerados os estoques do produto (nas revendas e fazendas). Em 2013, proibiu-se definitivamente o emprego do clorado nas lavouras de café do país, sem que ainda houvesse agroquímico igualmente eficaz para o controle da broca². Pela natureza discricionária, as decisões mandatórias publicadas pela agência impetraram duro golpe na cafeicultura brasileira.

A cônica agência não se satisfaz em arruinar apenas a cafeicultura, fincando sua bandeira no seio do agronegócio. Em 2014, publica Resolução da Diretoria Colegiada 14 (RDC 14/2014), na qual estabelece limite máximo de 60 fragmentos de insetos para cada 25 gramas de café torrado e moído. Em 2015, órgãos de defesa do consumidor, absolutamente alheios ao que se passava, denunciaram marcas de café, com grande reputação no mercado, oferecendo produto com limites de fragmentos acima daqueles determinados pela autossuficiente agência. Um minúsculo inseto (cerca de 1 milímetro), promove o caos no agronegócio café^{3 e 4}.

Em 2014, o executivo do estado de Minas Gerais declara estado de emergência sanitária devido à alta incidência

da broca sem alternativa de agroquímico de controle. No ano seguinte, acompanharam a decisão mineira as autoridades de defesa agropecuária dos estados de São Paulo e Espírito Santo. A situação de emergência sanitária desses estados foi ratificada pelo Ministério de Agricultura e Pecuária (MAPA), autorizando, ademais, procedimento sumário para o registro de novas moléculas destinado ao controle da broca. Assim, imenso território ocupado pela lavoura cafeeira estava definitivamente subjugado pela praga.

Na corrente safra, avaliações consolidadas sobre a incidência de grãos perfurados registraram índice de 6% de ataque. Grãos brocados são duplamente penalizados, uma vez que o deságio praticado no comércio do produto ronda os

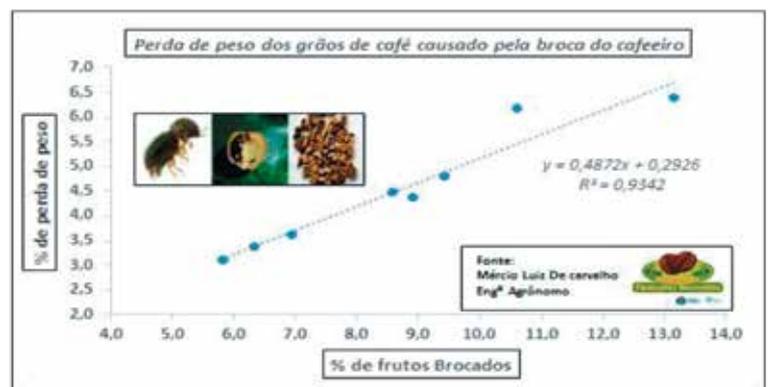


FIGURA 1 – Correlação entre percentual de frutos brocados e perda de peso
Fonte: CARVALHO, s/d (mimeo).

30% sobre o preço corrente⁵, combinado com quebra de 3% no peso da massa de grãos (Figura 1)⁶.

Avaliação laboratorial conduzida por estudo patrocinado pela Associação Brasileira da Indústria do Café (ABIC), concluiu que de 100 marcas coletadas no varejo, 66% delas seriam reprovadas pela RDC 14/2014 da ANVISA devido à presença de mais de 60 fragmentos de insetos em 25g de T&M, sendo 91% deles pertencentes à broca. Diante desse resultado a associação emitiu alerta ao quadro social para que evitassem processar lotes de café arábica com mais de 5% de broca, pois a chance de ultrapassar o limite da norma RDC 14 poderia ser atingida.

Os reflexos negativos das decisões da ANVISA estão, ainda, por ser globalmente quantificados. Na agroindústria exportadora de café verde, o custo do rebenefício para padronizar os lotes de café destinados ao mercado interno incrementou-se em R\$1,20/sc⁷. Para uma safra de arábica estimada em 35 milhões de sacas, 6% de grãos brocados, resultaria em 2,1 milhões de sacas a serem rebeneficiadas, ao custo de R\$2,5 milhões. Ademais, sem ter como empregar todo o estoque de café brocado nas ligas com até 5% de broca na massa de grãos para abastecimento das torrefadoras,

elevam-se os custos de armazenagem, estimado em R\$1,80/sc mês. O montante total das despesas adicionais com o estoque de café brocado é de difícil mensuração, pois o volume de produto não é estático, mas ao contrário, está em constante variação. Numa estimativa grosseira, outros R\$2 milhões mensais em custos adicionais suportados pelas exportadoras.

A necessidade de aquisição de cafés com menor incidência de grãos brocados tem gerado disputa entre torrefadoras e exportadoras pelos lotes oferecidos. Assim, o mercado que funcionava bastante harmonizado, tornou-se um espaço de disputas, prejudicando mutuamente seus participantes. Em âmbito externo, o incremento de grãos brocados deverá, brevemente, repercutir entre os tradicionais importadores de café brasileiro, pois a relação qualidade da bebida e incidência de broca é bastante conhecida.

Se na última safra a incidência de broca nos cinturões de arábica atingiu 6%, espera-se ataque da praga ainda maior na safra que está por vir, pois ainda não se encontrou a molécula milagrosa (eficaz e de custo competitivo) e tampouco os cafeicultores estão dispostos a retomar práticas culturais de manejo recomendadas (repasso e varrição),

devido o elevado custo da operação que, ainda hoje, é totalmente manual.

Cerca de 25% dos agroquímicos empregados na agropecuária brasileira são provenientes de circuitos clandestinos (contrabando e pirataria). Sem solução paliativa para a infestação de broca os cafeicultores terão crescente relevância no mercado informal/ilegal de defensivos. Mais um reflexo danoso da apressada normatização patrocinada pela ANVISA.

Esforços das entidades de classe (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e Conselho Nacional do Café – CNC) vêm atuando junto ao parlamento para reanalise os normativos da ANVISA. O Ministro da Agricultura com apoio da ABIC encaminhou ofício solicitando moratória de três anos de RDC 14 para que o segmento reveja suas ações para lidar com a broca. Entretanto, a agência permanece inamovível em sua parceria com micro-coleoptero, promovendo ambos, a ruína da cafeicultura brasileira. ☹️

Celso Luis Rodrigues Vegro. é Engenheiro Agrônomo, MS Desenvolvimento Agrícola
Pesquisador Científico do IEA
celvegro@iea.sp.gov.br

^{1/} Ver publicação: <http://cccmg.com.br/estupida-moleza>

² O primeiro registro de produto alternativo ocorre em 2014 – BENEVIA. Há controvérsias sobre a eficácia do Endosulfam no controle da broca. O êxito no controle da praga somente ocorre caso o inseticida seja pulverizado no ato do voo nupcial das fêmeas (machos possuem asas atrofiadas e permanecem por toda a vida no interior dos frutos). O relaxamento do controle cultural seria mais determinante na severidade do ataque de broca nas lavouras do que o banimento do Endosulfam. Todavia, o efeito residual, ainda que não coincidente com o voo nupcial, pode ter efeito importante na manutenção da baixa população e, portanto, dano nos frutos.

³ Assim, a história se repete, pois a broca sempre foi o maior inimigo da cafeicultura colombiana e centro-americana.

⁴ Existe consenso, entre os estudiosos da questão da alimentação, que caso se abduque dos insetos no cardápio cotidiano.

⁵ Ver: <https://www.cooxupe.com.br/topclip/6019/cafeicultores-sofrem-com-maior-ataque-da-broca-nos-ultimos-10-anos-no-sul-de-minas/>. A perda de renda

⁶ CARVALHO, M.L de. s/d (mimeo).

⁷ Informação compartilhada por gerente de importante agroindústria cooperativa exportadora do sul de Minas Gerais.





Exportação de café: um setor eficiente e competitivo.

A exportação de café é uma das mais tradicionais atividades do comércio exportador brasileiro. Desde o final do século XVIII o Brasil iniciou as primeiras exportações, e ao redor de 1850 alcançamos a liderança mundial, que nunca perdemos. Hoje as exportações brasileiras representam mais de 25% do comércio internacional de café e, importante destacar, com uma participação crescente nos últimos 15 anos.

Além da liderança na quantidade exportada, o Brasil também se destaca na exportação de cafés especiais de alta qualidade. Nos últimos anos o mercado mundial tem se sofisticado, e cada vez mais demanda cafés de qualidade e diferenciados. Nesse segmento também somos líderes de mercado: Hoje do total de 32 milhões de sacas de café verde exportada pelo Brasil cerca de 15% são cafés especiais e diferenciados.

A exportação de café no Brasil se destaca em diversos aspectos. Por exemplo, temos uma ampla capacidade instalada de preparo de café, em armazéns privados ou armazéns gerais, com capacidade de preparo dos mais variados “blends” atendendo as indústrias de torrefação mundial, preparando qualidades para a demanda específica e individualizada de cada torrefador. Exportamos o café brasileiro para mais de uma centena de países, e somos o líder de mercado em quase a totalidade dos países importadores. Somos o único país produtor que exporta em quantidades significativas todas as qualidades de café, arábica lavados, cereja descascada, arábica natural e robusta (conilon), e lideramos a exportação de café solúvel mundial.

Obviamente esse desempenho é resultado de um esforço conjunto de todo o agronegócio café. Na produção temos a

maior produtividade por hectare de café arábica, os menores custos de produção. Temos a melhor qualidade de pesquisa agrônômica do mundo e uma indústria de torrefação eficiente, diversificada e com tecnologia de ponta.

Além da liderança mundial na qualidade e quantidade exportada, o setor exportador brasileiro de café se destaca em um importante aspecto para o Agronegócio café: A eficiência e competitividade do setor exportador, transfere para o produtor a quase totalidade do valor FOB das exportações.



Nos últimos 12 anos o CECAFÉ, Conselho dos Exportadores de Café, calcula e publica regularmente o IPEP, Índice de Participação na Exportação do Produtor. Esse índice estima a participação do produtor de café Arábica no valor FOB exportado. Nesse período de mais de uma década, o IPEP se manteve próximo de 85%, com raras meses próximos do limite inferior de 75%, e em alguns meses com valores acima de 95%. Um IPEP de 85% significa que apenas 15% do valor FOB exportado representa os custos de melhora de qualidade e todos os outros custos de exportação tais como, preparo, transporte até o porto de embarque, despesas portuárias, custos de financiamento e outros. Na página do CECAFÉ na internet pode-se verificar o detalhamento da metodologia do cálculo do IPEP.

Essa longa serie de indicadores mensais do IPEP, demonstra a continua eficiência e competitividade do setor exportador de café verde brasileiro. Comparado com todos os outros países produtores de café, o Brasil é o país em que a exportação de café transfere a maior parte do valor FOB para os preços internos recebidos pelo produtor.

Com base em dados dos preços internos nos países produtores publicados pela OIC, Organização Internacional do Café, podemos fazer uma breve análise comparando o Brasil com outros países produtores.

A OIC publica dados de preços médios anuais recebidos pelos produtores de alguns países. Comparando-se esses preços recebidos para os últimos 10 anos (2007-2016) e a media dos preços indicadores da OIC, temos outra indicação da participação dos preços internos no valor FOB. Para o café arábica brasileiro, a média de 10 anos dos preços recebidos pelos produtores é de U\$ 167.74 por saca, enquanto que a média do preço internacional do indicador para o arábica natural brasileiro no período é de 197.63. Ou seja, uma participação de 85%. No caso do café conilon brasileiro essa participação sobe para de 93% no período. Todos os outros produtores apresentam valores de participação menores. A Colômbia e países produtores da américa central apresentam valores próximos de 80%, com casos extremos, por exemplo Honduras, com 66%. Diversos países, notadamente alguns países africanos produtores de café robusta, apresentam valores abaixo de 50% como Angola e Uganda. Ao fazer essa análise precisamos fazer a ressalva de que em alguns países produtores uma maior tributação das exportações pode reduzir o percentual de participação.

Certamente alguns aspectos na exportação de café brasileiro ainda devem ser melhorados. Os custos e a falha regulamentação portuária e a regulamentação cambial ainda são impedimentos para uma maior liderança das empresas brasileiras de exportação no comercio internacional de café.

A competitividade e liderança internacional do café brasileiro é, em larga medida, função de uma classe exportadora formada por empresas privadas e cooperativas de produtores extremamente eficientes, competitivos e com uma larga experiência e tradição internacional. Temos os melhores profissionais de comercio de café os melhores especialistas em prova e classificação de café e detemos conhecimento e capacidade técnica inigualável no mundo. A transferência da receita de exportação para os produtores é item fundamental da sustentabilidade do Café do Brasil. ☺

Luiz Otavio Araripe, é
Economista, Diretor da Valorização
Empresa de Café e membro do
Conselho do Cecaafé.





Reforma Trabalhista

Em julho deste ano foi aprovada a Lei 13.467/2017, uma das maiores alterações da CLT, nos seus quase 75 anos de idade.

Há muita discussão, como não poderia deixar de ser em uma reforma dessa magnitude: há quem defenda a reforma, e há quem a critique. Mas há também muita desinformação a seu respeito.

Assim, apontamos as principais (dentre as diversas) mudanças trazidas pela reforma.

Extinção das Horas “*In Itinere*”

A antiga redação da CLT previa que o tempo gasto em condução fornecida pela empresa, até o local de trabalho de difícil acesso ou não servido por transporte público regular, seria computado na jornada de trabalho, podendo implicar no pagamento de horas extras.

Isso desincentivava as empresas a fornecerem transporte aos seus empregados, pelo risco de se caracterizar tempo como jornada de trabalho.

Pela nova regra, tal período não será computado na jornada de trabalho, valendo a mesma regra para o deslocamento dentro da própria empresa do portão até o efetivo local de trabalho.

Reformulação do “*Part Time Job*”

O trabalho em tempo de regime parcial já era previsto pela CLT, mas por regras engessadas, podendo ser descaracterizado caso o empregado realizasse, por exemplo, uma hora extra sequer.

A reforma flexibilizou as regras do part time job, permitindo que poucas horas extras sejam realizadas quando definido um limite semanal mais baixo para o trabalho em regime parcial.

Além disso, as antigas e confusas regras que limitavam a aquisição e concessão de férias foram revogadas, aplicando-se, agora, as mesmas regras de férias dos demais trabalhadores.

Flexibilização das Jornadas de Trabalho

A reforma trouxe ao texto da CLT alguns sistemas de compensação de jornadas de trabalho já existentes, como o Banco de Horas e as escalas de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso.

Tais modalidades, já existentes e praticadas em determinados casos, continuam sendo exceção à regra geral, e o labor de 12 horas não será exigido sem prévia negociação e respectiva compensação de 36 horas.

Regulamentação do Teletrabalho

A CLT já previa a possibilidade de realização de trabalho a distância, mas a Lei 13.467/2017 regulamentou o teletrabalho.

A Lei, agora, prevê as hipóteses de transição entre o teletrabalho e o presencial, regras sobre a

responsabilidade e o reembolso de custos, e definições sobre forma e regras de contratação.

Fracionamento das férias

As férias já podiam ser divididas, desde que em não mais do que 2 períodos, e que não poderiam ser inferiores a 10 dias.

Com o novo texto, as férias poderão ser fracionadas em até 3 períodos, sendo um de no mínimo 14 dias, e nenhum inferior a 5 dias.

Além disso, as férias não poderão ser concedidas nos 2 dias que antecedem folgas ou feriados, impedindo a supressão desse período.

Contrato de Trabalho Intermitente

Uma das principais inovações foi a criação de novo tipo de contrato de trabalho: o intermitente, no qual o

trabalhador pode ser convocado para prestar serviços apenas por frações de horas, dias ou meses, podendo intercalar com períodos de inatividade.

Há regras específicas que determinam como será feita a convocação, e como o trabalho será aceito pelo empregado (que não poderá ser punido na recusa), mas por ser mantido o vínculo empregatício, o trabalhador continua protegido pela Previdência Social, e receberá todas as suas verbas trabalhistas a cada período de trabalho.

Salário, remuneração e benefícios

A reforma também trouxe melhor definição do que são verbas salariais, e benefícios que não integram a remuneração do trabalhador.

Isso gera não apenas maior segurança jurídica, inclusive estimulando empresas a criar programas de benefícios e incentivos, mas também reduz os encargos trabalhistas e tributários.

Término da Contribuição Sindical obrigatória

Com o novo texto da CLT, a contribuição sindical (ou imposto sindical, como também é conhecido), paga anualmente, deixa de ser obrigatória, tanto para os trabalhadores quanto para as empresas.

Prevalência do negociado sobre o legislado

Um ponto de grande debate e fonte de discussões acaloradas diz respeito à prevalência negociado sobre o legislado.

Com o novo texto, as empresas poderão negociar as condições de trabalho com os Sindicatos, tais como definições da jornada de trabalho, bancos de horas, planos de cargos e salários, trocas de feriados, programas de incentivo, etc.

Continua, porém, não podendo ser objeto de negociação as regras de registro do trabalho, proteção

do salário, décimo terceiro salário, férias, aviso prévio, FGTS, seguro-desemprego, horas extras, trabalho noturno, descanso semanal remunerado, licença maternidade e paternidade, proteção do trabalho da mulher e dos menores de idade, igualdade entre os trabalhadores, normas de higiene e segurança do trabalho, adicional para as atividades insalubres, perigosas e penosas, aposentadoria, direito de greve, direito de ação, e todas as demais previsões constitucionais.

O Empregado Hipersuficiente

A reforma também deu especial distinção ao empregado que recebe salário igual ou superior ao dobro do teto da previdência, e que poderá eleger uma Câmara Arbitral para resolver eventuais questões da relação empregatícia, em detrimento da Justiça do Trabalho.

Além disso, esse mesmo empregado, quando também tiver graduação em curso superior, poderá negociar livremente as cláusulas de seu contrato de trabalho, observados os limites constitucionais, tal como ocorre no caso da negociação coletiva com o sindicato.

Mas é certo que a CLT não representava mais os anseios da sociedade atual – o que também é natural, já que ela foi criada na época em que o Brasil ainda era um país essencialmente rural, com a industrialização de base e de energia sendo fortemente impulsionada pelo Governo, e quando os meios produtivos em muito se distanciavam dos atuais.

Hoje em dia, a mão-de-obra se concentra na prestação de serviços, e mesmo o trabalho rural e industrial teve inúmeros avanços tecnológicos que não podem ser desprezados.

O projeto original da Reforma Trabalhista, quando apresentado em dezembro de 2016, contava com meia dúzia de páginas, e ao longo de sua tramitação, recebeu 850 emendas, tornando-se o segundo projeto de lei mais emendado da história da República.

Ora, o projeto de lei que deu origem à Reforma Trabalhista não teria tido tanto debate se não houvesse verdadeira dissonância entre os anseios sociais modernos e a antiga redação da CLT, o que justifica o seu texto atual.

Assim, esperamos confiantes que as inovações trazidas pela Reforma Trabalhista represente não apenas avanço e crescimento para a economia brasileira, mas também para as distintas relações de trabalho existentes Brasil a fora.

O que não mudou

É importante destacar que nem tudo foi alterado na CLT: o seu artigo 9º, que diz que “serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na presente Consolidação” se manteve, assim como o artigo 468, caput, que diz que só será “lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia”.

Há muita especulação, dúvidas e até um certo receio com as alterações trazidas pela Lei 13.467/2017, o que é natural.

Porém os princípios são imutáveis, e, dentre eles, é importante destacar o da primazia da realidade, e o da boa-fé contratual.

Empresas e trabalhadores que tenham a intenção de fraudar os preceitos trabalhistas o fariam tanto na redação antiga da CLT, como com a Reforma Trabalhista, e para essas situações, o Poder Judiciário continua à disposição da sociedade.

Reflexos Fiscais de natureza previdenciária

Além de todas as alterações no Direito do Trabalho, é importante alertar de que tivemos também mudanças de natureza tributária para as contribuições previdenciárias, em especial: (i) – não tributação das diárias para viagem; (ii) – possibilidade de formas diferenciadas de assistência médica e odontológica, sem que isto seja considerado salário contribuição; (iii) – pagamentos de prêmios como liberalidade do empregador, mesmo que habitual, sem tributação, como também para o caso do abono; (iv) – não tributação da ajuda de custo.

De forma muito breve, também alertamos de algumas mudanças que ocorreram na tributação previdenciária, por força da reforma trabalhista, cabendo assim atenção para os aspectos fiscais também. 

Oswaldo Kusano, Advogado trabalhista. Sócio do Escritório Brasil Salomão e Matthes Advocacia.

Fabio P. Calcini, Advogado Tributarista. Sócio Brasil Salomão e Matthes. Doutor e mestre em direito pela PUC/SP



ACS realiza a formatura do seu 64º Curso de Café no Museu do Café

Em cerimônia realizada no Museu do Café, 22 alunos da 64ª turma do Curso de Degustação e Classificação e Café da Associação Comercial de Santos (ACS) se formaram e receberam seus diplomas. O evento, geralmente realizado no auditório da ACS, foi transferido para o Museu desta vez, devido às obras de modernização que ocorrem na ACS desde dezembro do ano passado.

O curso tradicional desde 1989, tem como objetivo de capacitar os alunos a identificar as características do produto, atender às exigências do mercado e criar oportunidades de negócios.

Além de despertar o interesse de profissionais do mercado cafeeiro do Brasil, o curso da ACS é reconhecido também pelos principais países consumidores. No mês de julho de cada ano, japoneses que atuam em empresas relacionadas à indústria do café vêm a Santos especialmente para o curso da Associação Comercial.

São duas horas diárias durante quatro semanas de aprendizagem teórica e prática sobre a história do café, produção, armazenagem, aspectos econômicos nacionais e internacionais, legislação, tecnologia, fiscalização, identificação de grãos, prova de bebida e desenvolvimento de blends (misturas) de cafês.

No final da solenidade, o orador do grupo de japoneses, Tetsuya Matsuno, surpreendeu a todos falando seu discurso nas duas línguas: em japonês e português. “Estamos muito felizes, pois pudemos aprender sobre o café brasileiro. Muito obrigado professores e amigos brasileiros. Aproveitem o que aprenderam sobre café. Muito obrigado”.

CRÉDITOS: DIVULGAÇÃO





18 anos
de compromisso com a
SUSTENTABILIDADE
dos cafés do Brasil



O Produtor Informado é um curso de capacitação para pequenos e médios produtores de café e trabalhadores rurais da cultura interessados em melhorar a gestão de suas propriedades e a qualidade do seu café. Para isso, utilizamos o computador e a internet como ferramentas de apoio e busca por informação sobre boas práticas agrícolas e temas como clima, preços, mercados, técnicas de produção, etc.

O objetivo é obter um produto saudável e livre de contaminação (física, química e biológica). O programa ajuda ainda os produtores a aumentar a rentabilidade dos negócios, garantindo a sustentabilidade do meio ambiente e a melhoria da qualidade da população rural.

Parceiros do projeto:

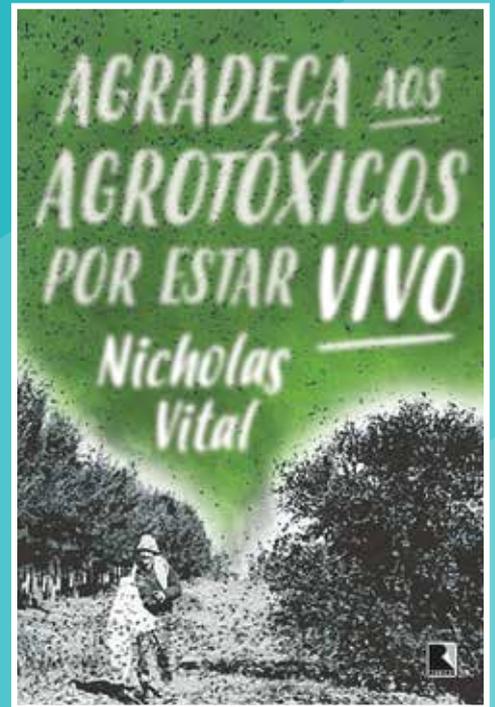




Em livro, jornalista destaca importância dos agrotóxicos para a produção de alimentos

Buscando desconstruir a narrativa romântica mas pouco fundamentada dos orgânicos, o jornalista Nicholas Vital, lançou em São Paulo, o livro “Agradeça aos agrotóxicos por estar vivo”, publicado pela Editora Record.

Baseado em dados oficiais e dezenas de estudos científicos publicados nos últimos anos — e não em achismos ou preconceitos — o autor afirma que espalhar o medo é a principal arma da indústria dos orgânicos para ganhar mercado. “Se não existisse um vilão, os consumidores não topariam pagar até 300% a mais por esses alimentos, que no fim das contas são idênticos”, diz. O jornalista afirma ainda que apesar das promessas feitas pelos defensores dos orgânicos, como a de que poderiam alimentar o mundo apenas com alimentos cultivados de forma natural, a produção atual desses produtos não seria suficiente nem para abastecer a cidade de São Paulo por muito tempo. Atualmente, o segmento representa menos de 1% das vendas no mercado brasileiro. Mesmo em países ricos e desenvolvidos, como a Dinamarca, o share de mercado dos orgânicos não chega a 8%.



NUCOFFEE firma parceria com a Klabin para uso de sacos sustentáveis na exportação de café

A NUCOFFEE, plataforma criada pela Syngenta, que atua em todas as frentes da cadeia do café, aliou-se à Klabin promovendo a integração entre produtores, cooperativas e torrefadores por meio da comercialização de cafés de alta qualidade. A empresa passou a adotar os sacos industriais da Klabin para atender aos clientes do exterior, que se mostraram satisfeitos com a nova embalagem, que apresenta mais resistência e qualidade, além de oferecer redução nos custos de todo o processo.

A embalagem de papel com alta barreira é uma das mais eficientes na preservação das características originais dos cafés especiais para exportação, segundo a pesquisa “Avaliação de Embalagens e Métodos de Armazenamento para Cafés Especiais”, realizada pela UFLA/MG. Além de preservar as características originais do produto, as sacarias de papel com alta barreira são recicláveis e produzidas a partir de recursos naturais renováveis, com matéria-prima proveniente de florestas plantadas e certificadas da Klabin.

Roberta Armentano Rossi, gerente de Operações no Trade da NUCOFFEE, destacou “Essa parceria agregou valor e nos trouxe uma nova oportunidade de mercado, permitindo que a NUCOFFEE aumente a gama de produtos para exportação com uma embalagem mais resistente e reciclável, o que possibilita que nossa empresa continue tendo um papel fundamental no desenvolvimento sustentável da cafeicultura no Brasil e no mundo”.



An initiative from **syngenta.**



Klabin

Jornalistas serão premiados por matérias sobre o café do Brasil

O CNC juntamente com a OCB e a Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Varginha (Minasul) lançaram a primeira edição do Prêmio Café Brasil de Jornalismo – 2017 com o objetivo de reconhecer o trabalho dos jornalistas que, além de apreciar um bom cafezinho, estimulam o consumo e a continuidade da cafeicultura nacional, tão importante social e economicamente para milhares de produtores rurais brasileiros.

Com o tema “A Importância das Cooperativas na Sustentabilidade da Cafeicultura Brasileira no Campo”, pretende-se estimular a realização de reportagens que enalteçam os trabalhos e o profissionalismo dos produtores e suas cooperativas em prol de uma atividade cafeeira mais sustentável nos aspectos ambiental, social e econômico.

O Prêmio faz parte das atividades comemorativas ao Dia Internacional do Café, definido oficialmente pela Organização Internacional do Café (OIC) em 1º de outubro, mas celebrado ao longo de todo o ano nas nações cafeeiras mundiais.

Como reconhecimento aos profissionais do jornalismo que se inscreverem no Prêmio Café Brasil, os organizadores do certame dispõem um total de R\$ 90 mil aos vencedores, sendo premiados os campeões de cada categoria com R\$ 10 mil. Os segundos colocados receberão R\$ 7,5 mil e os terceiros receberão R\$ 5 mil cada.

Os interessados podem realizar sua inscrição até 16 de outubro no site do Prêmio: www.cncafe.com.br/premio-cafe-brasil.



REUNIAÇÃO



Conselho Nacional do Café



MINASUL

AF03



Sistema OCB
CNCOOP-OCB-SESCOOP



Evaristo de Miranda, chefe da Embrapa Monitoramento por Satélite lança o livro “Agropecuária no Brasil: uma síntese”

Na sede da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em Brasília, o pesquisador Evaristo de Miranda, chefe da Embrapa Monitoramento por Satélite (Campinas, SP), lançou o livro “Agropecuária no Brasil: uma síntese”.

A obra revela o imenso e diversificado universo da produção rural brasileira, traçando um painel abrangente de um setor que contribui, de forma relevante, para a geração de emprego e renda no País. São cinco capítulos que dão uma visão geral sobre a agropecuária brasileira, despertando o interesse do leitor sobre o tema e demonstrando que a especialidade brasileira é a diversidade.

Evaristo apresenta uma visão panorâmica no primeiro capítulo e logo depois agrupa diversos produtos por temas em quatro capítulos: Alimentos, Agroenergia, Fibras e Produtos Especiais (chá, cachaça, café, flores, vinho, tabaco, por exemplo).



CECAFÉ retoma o Programa Café Seguro



Com o propósito de reativar o programa “Café Seguro”, O CECAFÉ, em parceria com o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SINDIVEG), promoveu um encontro para discutir as questões fitossanitárias relativas à cafeicultura brasileira.

Entre os assuntos debatidos, constaram temas como a broca do café, buscando-se alternativas mais eficazes dos produtos registrados no que diz respeito à aplicação, novas moléculas em processo de registro e as discussões regulatórias no âmbito da Anvisa, além de assuntos relacionados a certificações e regulamentações.

Participaram representantes da Embrapa Café, do IEA da Secretaria de Agricultura SP, da Cooxupé, do CNC, da CNA e da ABIC, além de profissionais do setor de agroquímicos, representados por empresas como Syngenta, Basf, Dow, Bayer, Monsanto, Helm do Brasil, Sumitomo Chemical, Nufarm Brazil e Arysta e, também, dirigentes da ANDEF.



Coca-Cola sabor café



A Coca-Cola lançou uma novidade, no momento exclusiva no Japão, a Coca-Cola Coffee Plus. O produto de 190 ml tem sabor café, 50% mais cafeína, com a metade das calorias da Coca-Cola normal, apenas 42 calorias.

Segundo consumidores que já conheceram o produto, a bebida não tem aroma de café, mas o sabor do grão pode ser sentido no final do consumo. Refrigerantes do tipo já haviam sido lançados pela marca nos Estados Unidos e na Europa. Não há previsão ainda para a chegada no ocidente.

Robson Ribeiro é o primeiro campeão brasileiro de torra de café



O Brasil conheceu o seu campeão de torra de café, Robson Rodrigues Ribeiro, da Cooperativa Regional dos Cafeicultores do Vale do Rio Verde (Cocarive), de Carmo de Minas/MG, venceu o primeiro Campeonato Brasileiro de Torra de Café, uma ação do projeto setorial “Brazil. The Coffee Nation”, que foi realizada pela BSCA em parceria com a Apex-Brasil, de 15 a 18 de setembro, em Curitiba (PR). Com o título, Ribeiro se qualificou como o melhor profissional brasileiro na tarefa de torrar cafés e será o representante do Brasil no *World Coffee Roasting Championship* (campeonato mundial da categoria), uma das competições promovidas pelo *World Coffee Events (WCE)*, que será realizada entre 12 e 14 de dezembro de 2017, na feira Hotelex, em Guangzhou, na China. O segundo colocado foi Thiago Oliveira, da O’Coffee, de Pedregulho (SP), e o terceiro lugar ficou com Jack Robson Silva, da JustCoffee, de Varginha (MG).

Segundo a diretora da BSCA, Vanusia Nogueira, “O ano de 2017 ficará marcado pela inédita disputa de torra no Brasil, processo que é muito importante para a obtenção de um café especial e que tem o objetivo de difundir o produto e, mais especificamente, valorizar o profissional de torra”.



Estiagem pode afetar florada do café e causa apreensão na região da Alta Mogiana

A estiagem que favoreceu a colheita do café na região da Alta Mogiana começa, agora, a preocupar os produtores. A chegada de setembro marcou o início da florada, mas, sem chuva, a produção dos frutos para safra 2018 pode ser severamente afetada. Segundo levantamento da Conab (maio/2017), foi estimada uma safra de 4,37 milhões de sacas de café no Estado de São Paulo. Embora, o volume colhido até agora tenha sido praticamente a metade do volume em 2016, por causa da bialidade do ciclo - alternância com safras altas e baixas -, os cafeicultores não enfrentaram problemas da colheita e na secagem. Mas o tempo seco comemorado até agosto virou motivo de preocupação desde o início de setembro. Sem chuva com índices relevantes desde junho, as reservas hídricas do cafezal começam a se esgotar, e podem afetar a produtividade das plantas. De acordo com o superintendente da Cocapec, Ricardo Lima de Andrade, a cultura do café se adaptou à região da Alta Mogiana em função das características climáticas favoráveis - verão chuvoso e inverno seco. No entanto, se a estiagem se prolongar, a safra 2018 pode ser afetada.



MAPA anuncia liberação de recursos para o setor cafeeiro

O Ministério da Agricultura informou que do total de recursos aprovado pelo CMN para o Café, R\$ 4,890 bilhões, prevendo aplicações, no corrente ano cafeeiro 2017/2018, de R\$ 1,862 bilhão no programa de estocagem para as Cooperativas, o valor de 1,010 bilhão para operações de custeio de safra, R\$ 1,063 bilhão na linha do FAC Financiamento para Aquisição de Café, destinado aos setores do comércio, indústria de torrefação e moagem, indústria de solúvel e Cooperativas, para aquisição junto a não cooperados. Estão previstos também financiamentos para capital de giro no importe de R\$ 925 milhões, sendo R\$ 200 milhões para a indústria de solúvel, R\$ 300 milhões para as indústrias de torrefação e R\$ 425 milhões para as cooperativas. Segundo o MAPA, já contratou com os agentes financeiros, 32 instituições - Bancos e Cooperativas de Crédito, o repasse de R\$ 4,598 bilhões para as diversas operações. Deste valor, R\$ 2,255 bilhões, 49% do total já contratado, já foi repassado.

Chama a atenção a alocação de apenas cerca de 20% dos recursos para os financiamentos destinados a custear as despesas de custeio, necessárias para apoiar os tratos culturais, assim como a inexistência de linhas de financiamento para operações de renovação do parque produtor, de melhoria da produtividade e da tecnologia de produção.





Fachada da Cafeteria



Série *As 10 mais belas Cafeterias do mundo*



Café Greco – Roma Itália

Numa das ruas de maior luxo e famosas de Roma – Via dei Condotti – há 250 anos se encontra o Caffè Greco, que já serviu café para muitos das figuras históricas da Europa, e continua sendo um refúgio para os intelectuais e os políticos de hoje, em uma atmosfera tradicional e marcante.

Sob uma decoração á base de espelhos, pinturas românticas, dourados, madeiras, mármore e mobiliários de época que distribuem um charme único para cada uma das pequenas salas que compõem seu interior, tornaram-se visitantes regulares do Caffè Greco, Stendhal, Goethe, Byron, Liszt, Keats, Hans Christian Andersen, entre outros.

Arrivederci, Roma eterna...





INCI

Instituto de Preservação e Difusão
do Histórico do Café e da Imigração

**FAÇA PARTE DO NOSSO
NÚCLEO DE PARCEIROS
E AJUDE A PRESERVAR
A HISTÓRIA DO PAÍS.**

Entre em contato para conhecer os
benefícios do programa de apoiadores
e **associe sua marca**
ao Museu do Café e ao Museu da
Imigração do Estado de São Paulo.



museudaimigracao.org.br

museudocafe.org.br

mi
museu da imigração
do estado de são paulo

m
museu
café

**GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO**
Secretaria da Cultura



A natureza é incontestável

A tradição de uma empresa também.



UNICAFÉ

COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

Matriz/Head Office

Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 675
Conj. 500 - Enseada do Suá - Vitória-ES
CEP: 29058-900 • Tel: (55) 27 2123-5858

Escritório / Branch - Rio de Janeiro-RJ

Rua São Bento, 8 - 19º andar - Centro
CEP: 20090-010 • Tel: (55) 21 2159-8989
e-mail unicafe@unicafe.com.br

Escritório / Branch - Santos - SP

Rua do Comércio, 41 - Centro
CEP: 11010-141
Tel: (55) 13 2102-8787

Londrina-PR



Vitória da Conquista-BA



Varginha-MG



Manhumirim-MG